

Elementos da mobilidade social no Brasil

(Gilmar Mendes Lourenço)

Em continuidade à abordagem iniciada na coluna de 05 de maio, é interessante assinalar que a Unidade Real de Valor (URV), que antecedeu o Real, deveria operar como uma quase moeda, que neutralizaria os mecanismos de indexação automática de preços, salários e contratos e devolveria dois encargos fundamentais do padrão monetário, unidade de conta e reserva de valor, ficando o ingrediente meio de pagamento sob a tutela da nova moeda. Nesse contexto, ainda que subjacente a uma orientação macroeconômica com viés essencialmente monetarista, sujeita à natureza pendular do ciclo financeiro internacional, é perceptível, em uma trajetória de mais de quinze anos, o reerguimento da massa de salários e, mais recentemente, a acentuação da mobilidade social no Brasil. Mais precisamente, houve alargamento da categoria C da pirâmide, que abrangeria 49,0% da população em 2010 (92,9 milhões de pessoas), contra 34,0% em 2005, e auferiria renda mensal familiar de R\$ 1.276,00, conforme apurações do instituto Ipsos e da Cetelem, braço financeiro do grupo francês BNP Paribas. O instituto estimou que a participação das classes A/B (renda média de 2.536,00) no total do contingente populacional teria declinado de 16,0% em 2005 para 15,0% em 2010. A dos grupos D/E (R\$ 733,0) também recuou de 51,0% para 35,0% total, confirmando a intensificação da progressão social. Embora exibindo tendência análoga, apurações da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelam, entre dezembro de 2002 e dezembro de 2009, encurtamento da participação das classes E e D de 29,5% e 15,2% do volume de população total, para 17,4% e 13,2%, respectivamente, e acréscimo das faixas AB e C de 15,2% e 43,2% para 15,6% e 53,6, respectivamente. Por essa pesquisa, o fracionamento dos grupos ocorreria por renda domiciliar total, sendo E até R\$ 804,0, D acima de R\$ 804,0 até R\$ 1.115,0, C de mais de R\$ 1.115,0 até R\$ 4.807,0, e A/B superior a R\$ 4.807,0. A subida do montante de remuneração do fator mão de obra esteve diretamente atrelada à recuperação dos níveis de emprego, sobretudo formal, especialmente de 2004 em diante, à conquista de reajustes salariais acima da inflação, pela maioria das categorias de trabalhadores, e à estratégia de restauração do valor real do salário mínimo, iniciada durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e magnificada nos mandatos do Presidente Lula. Gilmar Mendes Lourenço é Economista, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas e Editor da Revista “Vitrine da Conjuntura” da FAE Centro Universitário, Conselheiro do Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon) e Diretor do Sindicato dos Economistas do Estado do Paraná (Sindecon). Ele escreve às Quartas-Feiras neste espaço.